



Antonio Carlos Magalhães (E) preside a reunião da CCJ em que senadores aprovam nomes de indicados e cobram agilidade na tramitação de processos judiciais

Indicações para conselhos vão ao exame do Plenário

Aprovadas ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, as indicações de 24 nomes para os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público serão examinadas hoje pelo Plenário. **Página 7**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.612 – Brasília, quinta-feira, 14 de junho de 2007

Mulheres querem influir na reforma política

Apesar de constituírem 52% do eleitorado, as mulheres são apenas 12,3% da composição do Senado e 8,77% do conjunto da Câmara dos Deputados. Para aumentar essa participação, elas fizeram um ato público ontem em frente ao Congresso, no momento em que a Câmara examinava a reforma política. **Página 3**



Crianças no trabalho, um drama brasileiro

Quase 3 milhões de crianças entre cinco e 15 anos trabalham no Brasil, conforme levantamento do IBGE citado ontem pela presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Patrícia Saboya. Clóvis Veloso, representante da Confederação Nacional da Agricultura, disse que o setor rural está preocupado em reduzir o trabalho infantil, que admitiu existir, como tradição, em empreendimentos familiares. A representante dos trabalhadores pediu melhoria na educação rural. **Página 8**

Prêmio a agricultor que preservar água

A Comissão de Agricultura aprovou ontem projeto que prevê retribuição por serviços ambientais aos proprietários rurais que adotarem técnicas que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas. **Página 6**

Especialistas vêm convergência nas comunicações

A convergência tecnológica nas comunicações é tendência inevitável, de acordo com especialistas que participaram de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia. Mas a radiodifusão e as telecomunicações têm planos diferentes para o futuro. As empresas telefônicas, muitas delas estrangeiras, querem ingressar na área de televisão por assinatura. As emissoras de televisão pretendem manter a limitação à participação de capitais estrangeiros no setor. **Página 2**



Cafeteira pede arquivamento de representação

Relator diz que não encontrou nenhuma prova contra o presidente do Senado. Oposição pede vista do relatório, que pode ser votado amanhã pelo Conselho de Ética

O senador Epitácio Cafeteira recomendou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o arquivamento da representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar. A oposição

pediu vista do processo. Marconi Perillo anunciou que o PSDB apresentará voto em separado. Demostenes Torres, do DEM, pretende suspender a votação do relatório até que o Conselho de Ética ouça os envolvidos e faça perícia na documentação. **Página 3**



Sibá Machado (E), ao lado de Cafeteira, marcou reunião do conselho para amanhã

Audiência debaterá restrição na produção de audiovisual

A proposta de restringir a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos a produção, programação e provimento de conteúdo para distribuição por meio eletrônico será debatida em uma série de três audiências públicas a serem promovidas pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação (CE).

A restrição está prevista em projeto (PLS 280/07) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), cujo relator é Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O requerimento para as audiências, já aprovado pela CE e pela subcomissão, é de Flávio Arns (PT-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS). Para o primeiro debate, a ser realizado ainda neste mês, serão convidados os presidentes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Brasileira de Concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado, da Agência Nacional de Cinema (Ancine), da Rede Global Info, da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Outro requerimento – de Demostenes Torres (DEM-GO), Flávio Arns e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – acolhido pela subcomissão propõe audiência pública para instruir projeto de Azeredo que trata da meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artístico-culturais e esportivos (PLS 188/07). A proposta limita o benefício a 40% dos ingressos disponíveis para cada evento e exige a padronização do documento de identificação estudantil. A data da reunião, que também será em conjunto com a CE, ainda será agendada.

Em audiência na CCT, representantes do setor de radiodifusão defendem proteção à produção nacional, enquanto telefônicas dizem que pretendem ingressar na área de TV por assinatura



Amilcare Dallevo Júnior (E), Roberto Martins, Wellington Salgado e Fernando Dias durante audiência da CCT sobre conteúdo audiovisual

Convergência tecnológica é inevitável, dizem especialistas

A convergência tecnológica no setor de comunicações já pode ser considerada uma tendência inevitável, segundo concordaram especialistas convidados para audiência pública promovida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Mas os setores de radiodifusão e de telecomunicações têm planos diferentes para o futuro, como ficou demonstrado durante a reunião, presidida pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

De um lado, as emissoras de televisão querem ver mantida a limitação à participação de capital estrangeiro no setor de produção de conteúdo audiovisual. De outro, as empresas telefônicas – algumas das quais pertencentes a estrangeiros – pretendem ingressar na área de televisão

por assinatura. Ainda estarão em jogo, como definiu Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento para a realização da audiência, temas como a identidade cultural brasileira, a proteção ao setor de audiovisual nacional e a definição de um novo marco regulatório.

Na opinião do secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Roberto Martins, a convergência abrirá oportunidades como a universalização do acesso a redes digitais. Até 2010, anunciou, todos os municípios do país contarão com internet de banda larga. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), José Pauletti, a tendência mundial é a migração do serviço de voz para a telefonia celular. O presidente da Associação

Brasileira de Radiodifusores (Abra), Amilcare Dallevo Júnior, disse que, mesmo com o sistema digital, suas associadas não querem perder a transmissão por satélite, porque é um meio de integração nacional, uma vez que leva o sinal para regiões que nem sequer têm energia elétrica.

Para o presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão, Fernando Dias, o Brasil deveria seguir o modelo dos países que asseguram a presença da produção independente na televisão aberta.

No debate, Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou preocupação com a atualidade da legislação, e Marcelo Crivella (PRB-RJ), com a concentração dos meios de comunicação “nas mãos de poucas pessoas”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota nomes para conselhos

O Plenário realiza sessão extraordinária às 10h, quando devem ser votadas indicações para a composição dos conselhos nacionais da Justiça e do Ministério Público.

Consolidação do Corredor Centro-Leste

Às 10h, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) debate, em audiência pública, soluções que viabilizem e consolidem o Corredor Centro-Leste, destinado a escoar a produção da região noroeste de Minas Gerais e do centro de Goiás.

CDH avalia conseqüências de planos econômicos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza audiência, a partir das 9h, sobre os direitos dos poupadores prejudicados pelos planos econômicos Bresser, Collor I e II e Verão.

Reflexos da geopolítica mundial para o Brasil

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 10h para ouvir o general José Benedito Moreira sobre a nova geopolítica mundial e seus reflexos no Brasil, e para analisar três requerimentos.

Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional e a guerra fiscal entre os estados serão debatidos com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a partir das 11h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Gerson Camata, Marco Maciel e Papaléo Paes

Mulheres reivindicam maior participação no Parlamento

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as bancadas femininas do Senado e da Câmara promoveram ontem o público em frente à rampa do Congresso em defesa da maior participação das mulheres na reforma política. A manifestação contou com a presença, entre outras, das senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO) e da ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que apoiou o ato.

Luiza Erundina (PSB-SP) e Fátima Bezerra (PT-RN), entre outras deputadas, também participaram da manifestação que prosseguiu no Salão Verde da Câmara. Enquanto no Plenário os deputados davam início à discussão do projeto de reforma política, as parlamentares promoviam a leitura coletiva da "Carta aos Parlamentares", documento assinado pelo conselho e pela Bancada Feminina do Congresso

Nacional que reivindica medidas efetivas para a maior participação das mulheres no Parlamento.

"Apesar de sermos a maioria do eleitorado (52%), nossa presença não passa de 8,77% na Câmara e 12,3% no Senado", declaram as mulheres no documento. O ato lançou ainda um slogan que foi cantado pelas mulheres durante a manifestação – "Nem menos, nem mais: apenas iguais" – e também repetido em uníssono pelas deputadas que se manifestavam dentro do Plenário.

A carta apresentada pelas mulheres defende, entre outras medidas da reforma política, a lista preordenada com alternância de sexo, a cota de 30% na propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV para candidaturas femininas, a destinação obrigatória de 30% dos recursos do Fundo Partidário para as organizações de mulheres de cada partido político e o financiamento público das campanhas eleitorais.

Valadares é contra proposta de lista fechada em eleições

"A vida democrática vai ser prejudicada", disse ontem o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), comentando o uso da lista fechada nas eleições, que está sendo apreciado pela Câmara dos Deputados dentro da chamada reforma política. A reforma inclui ainda o financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária e a proibição das coligações proporcionais.

– Na lista fechada, quem organiza a relação dos candidatos são as cúpulas partidárias – salientou.

Valadares afirmou que o melhor caminho para o Brasil seria adotar o regime parlamentarista, o voto distrital misto e a fidelidade partidária.

O voto distrital misto é utilizado, entre outros países, na Alemanha, e significa que alguns dos candidatos são eleitos com os votos dos distritos e outros em eleições proporcionais. Na lista fechada,



Valadares: cúpulas partidárias organizam relação dos candidatos

os eleitores não votam nos candidatos a vereador, deputado federal ou estadual, mas em listas previamente ordenadas pelos partidos políticos.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) observou que, se a Câmara tivesse aprovado a reforma na mesma época da aprovação no Senado – há quatro anos –, muitos dos recentes escândalos políticos poderiam ser evitados. Já o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) disse acreditar que o voto pertence ao candidato, e não ao partido político.

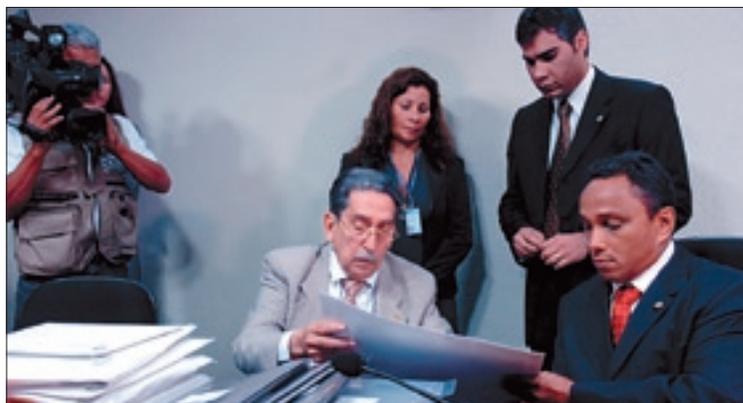
Cafeteira diz que, ao fim de "uma busca terrível" por mais de 72 horas, não encontrou nenhum documento que incriminasse o presidente do Senado. Oposição reage e pede vista do processo

Relator pede a Conselho de Ética que archive representação contra Renan

O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) pediu ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o arquivamento da representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar. Relator da representação, Cafeteira disse que seu voto decorre

"da absoluta ausência ou indício mínimo de provas contra o presidente do Senado". A oposição, entretanto, pediu vista do processo e o presidente do Conselho de Ética, Sibá Machado (PT-AC), marcou para amanhã, às 10h, nova reunião para votar o relatório.

Na reunião, que durou mais de quatro horas e provocou a suspensão da sessão deliberativa do Senado – determinação do próprio Renan Calheiros para que a TV Senado cobrisse ao vivo toda a reunião –, o representante do PSOL no Senado, José Nery (PA), defendeu a convocação, para depor, do funcionário da empreiteira Mendes Júnior Cláudio Gontijo e do advogado da jornalista Mônica Veloso, Pedro Calmon Júnior, além de uma perícia em toda a documentação apresentada por Renan ao conselho. Jefferson Péres (PDT-AM) e José Agripino (DEM-RN) fizeram pedidos idênticos. As propostas, apesar de terem



Cafeteira (E) apresenta documento ao presidente do conselho, Sibá Machado

contado com o apoio do PSDB e do DEM, foram derrubadas.

O caso

Veja divulgou, em 25 de maio, que Cláudio Gontijo era o responsável pelo pagamento de aluguel de um apartamento e de pensão alimentícia à jornalista Mônica Veloso, com quem Renan tem uma filha de três anos. O presidente do Senado, entretanto, afirmou que Gontijo é apenas um amigo que intermediou o repasse do dinheiro – que garantiu ser dele próprio – a Mônica Veloso.

– Fiquei debruçado por mais de 72 horas sobre toda a vasta documentação e, ao final de uma busca terrível, não encontrei nada, ao menos um documento, que pudesse incriminar o presidente do Senado – resumiu Cafeteira, ao deixar claro que antecipava a leitura do documento por ser o melhor caminho para colocar um ponto final no que classificou de desgaste que o Senado vem sofrendo.

Oposição quer perícia e anuncia voto em separado

Antes mesmo de Epitácio Cafeteira iniciar a leitura de seu relatório, o PSDB, por meio de Marconi Perillo (GO), anunciou que apresentaria voto em separado. Idêntica providência foi tomada por Demostenes Torres (DEM-GO), que pretende suspender a votação do relatório até que o Conselho de Ética ouça os envolvidos na denúncia e faça perícia na documentação encaminhada ao órgão.

Demostenes considerou inédita a decisão do relator, que antecipou o seu voto, sem antes o Conselho de Ética ouvir os depoimentos de outras pessoas supostamente envolvidas no caso. Para ele, a decisão do relator "vai de encontro às tradições da Casa". José Nery disse que, sem ouvir as pessoas citadas no processo, "o Senado estaria prestando um desserviço ao país".

Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou que o funcionário da empreiteira já foi ouvido pelo corregedor Romeu Tuma (DEM-SP) e que o advogado da jornalista não está legalmente obrigado a depor. Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a votação do relatório na próxima reunião do Conselho de Ética.

Valter Pereira (PMDB-MS) considerou legítimos todos os atos praticados pela corregedoria no caso e pediu que os senadores decidam com rapidez sobre a representação, pois, a seu ver, está sendo colocada em dúvida não só a imagem de Renan Calheiros, mas o conceito do Congresso Nacional.

Eduardo Suplicy (PT-SP) opinou que, no lugar de Renan, ficaria à disposição do Conselho de Ética para

absolvição do representado.

Afirmou que Renan demonstrou, como apresentação de extratos bancários, que as remessas de valores a sua filha, a título de pensão alimentícia, sempre foram antecedidas por saques em suas contas bancárias. Comprovou também, por meio de suas declarações de Imposto de Renda, que todos os recursos depositados em suas contas tinham origem declarada.

Quanto a acusações de que Renan utilizaria "laranjas" como proprietários de suas fazendas e que teria omitido em suas declarações de renda propriedade de imóveis rurais, Cafeteira disse tratar-se "de fatos antigos, já refutados pela Justiça". Para o relator, se a Constituição não admite que um cidadão seja processado com base em suposições produzidas em matérias jornalísticas, "não há razão para que um homem público o seja, principalmente quando esse processo possa expor e afrontar a instituição".

Gêbaravoco

O voto

Ao ler o voto, de 16 páginas, Cafeteira argumentou que "ninguém pode ser processado levando-se em conta apenas suposições baseadas em reportagens". Disse que o seu relatório não tinha coloração partidária, mas baseava-se apenas nos autos, os quais levam à

responder a qualquer dúvida. Ideli Salvatti (PT-SC) disse que quem acusa, incluindo a imprensa, tem o ônus de apresentar provas.

Justiça

O advogado de Renan Calheiros, Eduardo Ferrão, ao falar no Conselho de Ética, afirmou que a questão envolvendo a filha do senador já está homologada pela Justiça, com o devido pagamento de pensão, e que, portanto, não havia razão para que o colegiado ouvisse pessoas ligadas ao caso, como Mônica Veloso. Mas estranhou que setores da sociedade, como parte da imprensa, "tentem puxar o presidente do Senado para um escândalo que não é dele", ao se referir à Operação Navalha, desencadeada pela Polícia Federal. Por isso, defendeu o arquivamento do processo.



Suplicy: viagens à Alemanha e ao México para debater renda básica

Suplicy relata palestras no exterior

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou sua viagem à Alemanha e ao México, feita na semana passada, para discutir temas relativos à renda básica de cidadania.

Em Berlim, o senador proferiu palestra na Universidade de Kalsruhe, onde mais de mil alunos, professores e servidores participaram do seminário "Desenho e Forma de uma Nova Situação Global – Pensando no Futuro", que abordou a renda básica e o sistema de microcrédito. Já na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), o senador participou do 1º Congresso Internacional sobre a Renda Básica de Cidadania.

Suplicy disse que em Kalsruhe, por seu empenho em prol da renda básica, recebeu o Prêmio Visão 2007, também entregue ao ganhador do prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus – criador do chamado sistema de microcrédito em Bangladesh –, e ao professor Götz Werner, autor do livro Uma renda para todos.

O senador também informou que as despesas das viagens foram pagas pelos organizadores dos eventos.

Fechamento de fábricas

Suplicy lamentou que a empresa LG Philips tenha anunciado o fechamento de quatro fábricas no Brasil devido aos altos custos de produção e à queda do dólar. A empresa é a maior fabricante de tubos de imagem (cinescópios) para televisores do país. O senador disse que a empresa está no Brasil há 75 anos e que o fechamento das quatro fábricas deixará 2.500 funcionários desempregados. Ele solicitou ao governo federal ajuda para a empresa.

Secretaria da Mesa do Senado recebe documento com 172 assinaturas de deputados e 30 de senadores que pedem uma comissão mista para investigar denúncias de fraudes em licitações

Requerimento de CPI sobre Operação Navalha é protocolado no Congresso

Requerimento para criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito que visa apurar as denúncias oriundas da chamada Operação Navalha foi protocolado ontem na Secretaria da Mesa do Senado, também responsável pelo Congresso.

A Operação Navalha foi conduzida pela Polícia Federal (PF) para investigar esquema de quadrilha que fraudava licitações públicas em nove estados e no Distrito Federal. Segundo a PF, as investigações começaram em novembro do ano passado, e vieram a tona com uma ação deflagrada

no dia 17 de maio.

A Secretaria da Mesa fará a conferência das 172 assinaturas de deputados e 30 de senadores e, caso sejam confirmadas, enviará o requerimento para publicação no Diário do Congresso. Após a publicação, o presidente

Renan Calheiros terá que convocar uma sessão do Congresso para fazer a leitura do requerimento e solicitar que os líderes dos partidos nomeiem os integrantes da CPMI. Assinaturas poderão ser retiradas ou acrescentadas até a meia-noite do dia em que for feita a leitura do requerimento. Após esse procedimento, todos os requerimentos serão enviados à publicação no Diário do Congresso. Renan poderá também estipular um prazo para a indicação dos integrantes, ou ele próprio indicar os nomes em lugar dos líderes.



Deputados Júlio Delgado e Augusto Carvalho e senador José Nery protocolam documento

Jayme Campos propõe "asilo editorial" para TV estrangeira

Projeto apresentado ontem por Jayme Campos (DEM-MT) visa instituir a figura do asilo político tecnológico e editorial. Com isso, emissoras de rádio e televisão ou jornais estrangeiros que estejam sofrendo perseguição política em seus países, como no caso da emissora venezuelana RCTV, poderão continuar trabalhando e transmitindo a partir de território brasileiro.

O senador sustentou que sua proposta (PLS 334/07) permitirá "um



Jayme sugere que veículos perseguidos transmitam do Brasil

contragolpe institucional, uma alternativa real que permita o anteparo à instituição ou ao profissional molestado em sua liberdade de expressão", e criticou o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, por sua "perseguição à imprensa".

O projeto não detalha se caberá exclusivamente ao presidente da República a concessão do "asilo editorial", mas o senador entende que a regulamentação poderá estabelecer que o Con-

gresso participará da decisão.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que a Venezuela vem caminhando para um regime ditatorial.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou da ideia do "asilo editorial", por entender que seria uma interferência nos assuntos internos de outros países. Jayme Campos respondeu lembrando que caberá ao presidente Lula renovar a concessão da TV Globo. "Imagine se ele não estiver satisfeito por causa das reportagens que envolvem seu irmão", comentou. Suplicy sustentou que "não passa pela cabeça de ninguém do governo impedir renovação da Globo".

Gilvam diz que América do Sul não pode reviver ditaduras

Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiou a iniciativa de Jayme Campos de apresentar um projeto criando a figura do asilo editorial, para abrigar órgãos de imprensa estrangeiros que estejam sofrendo perseguição política em seus países.

– O continente sul-americano não pode viver o retrocesso das ditaduras. O roubo autoritário criminoso do presidente venezuelano Hugo Chávez é preocupante – afirmou.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) relatou notícia publicada no Jornal do Comércio com declaração do embaixador da Venezuela no Brasil,

Julio Garcia Montoya. De acordo com o jornal, o embaixador disse que o requerimento enviado pelo Senado a Chávez, solicitando que revisse a decisão de não renovar a concessão da emissora RCTV, foi uma tentativa de desviar o foco da crise envolvendo o presidente Renan Calheiros.

– O ataque do embaixador foi mais violento e profundo do que o de Chávez – comparou.



Gilvam Borges apóia projeto apresentado por Jayme Campos

Gilvam frisou que o embaixador sofre de distúrbio bipolar e por isso teve tal atitude. Afirmou ainda que o Brasil é referência de democracia.

O senador também comemorou a liberação de recursos no valor de R\$ 1,2 milhão para obras de infraestrutura e habitação no bairro de Mucajá, em Macapá. Segundo ele, os recursos devem ser liberados no dia 20.

Patrícia cobra instalação de siderúrgica

Patrícia Saboya (PSB-CE) cobrou do presidente Lula a promessa, segundo ela feita duas vezes, de instalar uma usina siderúrgica no Ceará. A senadora explicou que o projeto, chamado Ceará Steel, é uma iniciativa que geraria de 7 mil a 10 mil empregos diretos e indiretos e que ampliaria o produto interno bruto (PIB) do estado em 5%.

Patrícia disse que o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, chegou a assinar um contrato com o ex-governador Lúcio Alcântara para a construção da primeira siderúrgica do Nordeste, que teria como sócios o BNDES e investidores italianos e coreanos. Mas, segundo ela, a Petrobras, que forneceria o gás para alimentação da usina, nega a validade do contrato.

A senadora informou que, depois de o governo do estado investir R\$ 200 milhões em obras de infraestrutura, Gabrielli, em reunião com a bancada nordestina na Câmara, disse ser inviável a construção da usina no Ceará.

Flexa comemora acordo sobre zonas de exportação

O acordo entre governo e oposição em torno de projeto que cria as zonas de processamento de exportações (ZPEs) foi comemorado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador apontou como benefício da proposta (PLS 146/96) para o Pará a possibilidade de agregar valor aos minérios exportados pelo estado, o que deverá contribuir também para gerar mais empregos.

Em apartes, Mário Couto (PSDB-PA) destacou como mérito do projeto a geração de empregos, e Valdir Raupp (PMDB-RO) citou a China e os Estados Unidos como exemplos de países bem-sucedidos na implantação de ZPEs. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também se disse a favor da iniciativa, mas ponderou que ela deve se restringir a uma área econômica específica.

José Agripino pede mais prazo para novas regras da pesca de lagosta

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), voltou a pedir que seja estendido o prazo para que os pescadores artesanais possam se adequar às novas regras da pesca da lagosta, definidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Conforme o senador, os pescadores não conseguirão se adaptar a essas normas até o próximo dia 16, e isso poderá provocar conflitos. Ele disse que os pescadores precisam de mais tempo para adquirir os novos equipamentos e para serem treinados na preparação e no uso deles.



Agripino vê risco de conflito pela falta de adaptação de pescadores

Bernard Appy apresenta proposta do governo sobre a Sudam e a Sudene

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, irá apresentar hoje, às 11h, em reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, a proposta do governo federal para via-

bilizar o funcionamento da Sudam e da Sudene.

A proposta é consequência de uma reunião entre o presidente Renan Calheiros e os líderes partidários, na qual se discutiu a apreciação dos vetos presidenciais a várias matérias aprovadas no Congresso Nacional.



Presidente da CDR, Lúcia Vânia anuncia reunião com secretário

Livro sobre Jânio Quadros é lançado no Senado

A curta passagem de Jânio Quadros pela Presidência da República (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961) é o tema do livro *Desafio inacabado: A política externa de Jânio Quadros*, de Carlos Alberto Leite Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Roma e Paris e representante do país na Organização dos Estados Americanos (OEA).

O lançamento da obra, ocorrido ontem na Biblioteca do Senado, contou com a participação dos senadores Edison Lobão (DEM-MA) e José Sarney (PMDB-MA), que representou o presidente da Casa, Renan Calheiros, no evento.

No livro, publicado pela Editora Atheneu, Leite Barbosa faz uma análise das bases estabelecidas à época do governo Jânio Quadros para a condução das relações diplomáticas, políticas e econômicas entre o Brasil e os demais países.

O autor assegura que Jânio defendia uma maior participação do Brasil no cenário político mundial e narra a condecoração do então ministro da Indústria de Cuba, Che Guevara, pelo presidente brasileiro.

Relator busca acordo para votar PEC dos precatórios

Valdir Raupp quer apresentar substitutivo que atenda aos secretários da Fazenda dos estados e à OAB. Aposentados do RS cobram decisão rápida

Terminou em impasse a reunião realizada ontem entre o relator da proposta de emenda à Constituição que define um regime especial para o pagamento de precatórios dos estados e municípios (PEC 12/06), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), os secretários da Fazenda dos estados e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Precatórios são ordens de pagamento emitidas em função de sentenças judiciais definitivas contra a Fazenda Pública (União, estados, Distrito Federal e municípios).

O ponto central das divergências é a questão dos leilões de deságio para o pagamento dos precatórios. A última versão do substitutivo de Raupp – a proposta foi originalmente apresentada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) – estabelece que, da porcentagem mínima da receita corrente líquida a ser aplicada nos pagamen-

tos, 30% serão destinados a precatórios de natureza alimentícia (referentes a questões trabalhistas, por exemplo), 40% a leilões de pagamento à vista de precatórios e 30% a pagamentos de natureza não-alimentícia que não tiverem sido quitados por leilão.

A OAB é contra a realização dos leilões, que reduzem o valor das dívidas. A entidade defende acordos realizados por meio de juntas conciliatórias dentro do Judiciário. Os secretários estaduais, que defendiam o texto original da PEC, decidiram apresentar nova proposta e encaminhá-la ao relator na próxima semana.

– Tentaremos juntar as três partes para emitir nosso relatório e votar o texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes do recesso. Se não houver consenso, a única proposta que passa hoje no Senado é a PEC original – afirmou Raupp, que se

disse otimista quanto a um entendimento.

Na espera

Após realizar, na manhã de ontem, manifestação em frente ao Congresso Nacional, um grupo de senhoras do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul (Sinapers), entidade vinculada à União Nacional dos Credores de Precatórios (UNCP), apresentou a Valdir Raupp um documento com sugestões de alterações ao texto da PEC 12/06.

A principal reivindicação das senhoras, que tricotavam enquanto aguardavam a chegada de Raupp, é a garantia da precedência na fila do pagamento dos precatórios para pessoas com mais de 65 anos e com doenças terminais, já estabelecida no substitutivo.

– Diariamente, pessoas morrem sem receber os precatórios a que têm direito – disse Júlia Camargo, presidente do Sinapers.

Projeto de Arns garante remédio a doentes crônicos

Flávio Arns (PT-PR) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei visando garantir o fornecimento gratuito de medicamentos não contemplados em tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS), desde que receitados por médicos e registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O projeto prevê também a atualização das tabelas anualmente.

– Enfrentamos hoje uma situação dramática no que se refere ao fornecimento de medicamentos de alto custo para pessoas com doenças crônicas – disse Arns, referindo-se ao fato de que os doentes e seus familiares têm sido obrigados a recorrer à Justiça para garantir o direito constitucional à vida.

O senador afirmou que a sociedade civil tem-se organizado e, reunidas em um movimento nacional, entidades que atuam no atendimento e tratamento de doentes crônicos em todo o país elaboraram um documento de denúncia intitulado “Homicídio Coletivo Autorizado”, assinado pelo Movimento pela Vida Brasil Mostra sua Cara.

A “denúncia de extermí-



Arns quer oferecer medicamentos que não estão na tabela do SUS

nio”, como a chamou Flávio Arns, foi apresentada no Senado e provocou uma série de debates e iniciativas a favor de uma solução para a situação enfrentada diariamente por milhares de brasileiros. O projeto é fruto dessas discussões, que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposição trata do fornecimento de medicamentos excepcionais e estratégicos, que são de responsabilidade dos gestores federal e estaduais. A incorporação de remédios à tabela passaria a ser julgada por um conselho bipartite. Hoje, essa incorporação depende exclusivamente do governo. O projeto garante ainda que medicamentos para todas as doenças sejam incorporados às tabelas.



Segundo Mário Couto, já foram gastos R\$ 10 milhões na obra

Mário Couto cobra funcionamento do Hospital Sarah Kubitschek de Belém

Mário Couto (PSDB-PA) manifestou sua indignação com o fato de o Hospital Sarah Kubitschek de Belém, pronto há quatro anos, ainda não ter entrado em funcionamento.

O senador apresentou ontem requerimento à Mesa para que a doutora Lúcia

Braga, responsável pela unidade hospitalar, preste esclarecimentos à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre as razões de a instituição não ter iniciado suas atividades. Couto lembrou que já foram gastos até agora R\$ 10 milhões com a construção do hospital.



Empresa já foi responsável por outros acidentes, diz José Nery

Nery denuncia acidente ambiental com vazamento de caulim no Pará

José Nery (PSOL-PA) denunciou ontem, em Plenário, o vazamento de uma bacia de caulim – argila pura – da multinacional francesa Imerys Rio Capim Caulim no bairro Distrito Industrial de Vila do Conde, município de Barcarena (PA).

De acordo com o senador,

cerca de 2 mil pessoas receberam, na terça-feira, ordem da Defesa Civil estadual para abandonar suas casas na área atingida. Ele lembrou que a empresa já foi responsável por outros acidentes ambientais que contaminaram os reservatórios de água potável da região.



Roosevelt/Thiago

Jucá diz que governo quer dar oportunidade a todas as crianças

Jucá lê carta de menina contra o trabalho infantil

Após elogiar a audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a erradicação do trabalho infantil no país, realizada ontem, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) leu, em Plenário, relato da menina Raiane Carolina, ligada ao Projeto Cata-Vento, sobre sua experiência distribuindo panfletos nas ruas com sua mãe. Na carta, Raiane pediu ajuda aos parlamentares para livrar as crianças do trabalho infantil e lhes garantir o direito de estudar e brincar.

Apesar de a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ter apontado crescimento do trabalho infantil no país nos últimos anos, Jucá sustentou que o governo continuará trabalhando para dar uma oportunidade de vida a todas as crianças brasileiras.

Discordância

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aproveitou para fazer um apelo ao líder do governo no Senado pela desvinculação das verbas do antigo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) do programa Bolsa Família.

Essa reivindicação gerou discordância entre os parlamentares. Enquanto Jucá garantiu que a fusão dos programas ampliou os recursos para erradicação do trabalho infantil, Lúcia Vânia sustentou que as verbas foram reduzidas.

Em outro aparte, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) enalteceu o trabalho de Patrícia Saboya (PSB-CE) à frente da Comissão de Assuntos Sociais e em defesa da infância brasileira, advertindo que o país perderá se as crianças trocarem o estudo pelo trabalho.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova projeto de Renato Casagrande que estabelece retribuição por serviços ambientais a quem adotar técnicas que conservem água

Benefício para produtor rural que preservar recursos hídricos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto (PLS 142/07) do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que estabelece retribuição por serviços ambientais aos proprietários rurais que adotarem técnicas que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.

Em seu parecer favorável, o senador Expedito Júnior (PR-RO) argumentou que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos deve reconhecer os esforços dos proprietários rurais no sentido de promover a conservação desses recursos, diminuindo o peso de tributos no caso de proprietários que optem por essas boas práticas.

Produtividade

A CRA aprovou ainda requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para a realização de uma audiência pública destinada a discutir os índices de produtividade rural, como os graus de Utilização da Terra (GUT) e de Eficiência Econômica (GEE).

Entre os nomes que deverão participar do debate, estão Eliseu Alves, especialista no tema; Leo Brito, presidente da Confederação Nacional de



Na reunião da CRA, Osmar, Augusto Botelho, Valadares, Sibá Machado e Kátia Abreu

Agricultura de Mato Grosso do Sul; Rolf Hackbart, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e Geraldo Barros, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Por sugestão do senador Sibá Machado (PT-AC), foi incluído o especialista em produtividade rural do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Guilherme Delgado.

A propósito do requerimento para convocação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com a finalidade de discutir as questões de endividamento rural e o agravamento do problema em face das taxas de câmbio, o presidente em exercício da CRA, Expedito Júnior, anunciou a realização de uma segunda reunião, ontem à tarde, com técnicos dos ministérios da Agricultura e da Fazenda justamente para debater essa questão. A primeira

reunião ocorreu na terça-feira.

O autor do requerimento, Osmar Dias (PDT-PR), decidiu esperar pelo resultado das várias reuniões já programadas. Ele disse haver uma dificuldade especial: o Senado estima a dívida agrícola em R\$ 100 bilhões, enquanto o governo fala em R\$ 11 bilhões. A comissão decidiu designar a senadora Kátia Abreu para representar o Senado nas reuniões.

A CRA rejeitou o PLS 92/07, do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), que dispõe sobre cancelamento de multas aos pequenos produtores rurais pelo descumprimento da legislação trabalhista quando houver frustração de safras em função de fatores climáticos negativos.

Em seu parecer contrário ao projeto, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembra que, apesar de comungar com a preocupação legítima em relação à situação dramática dos produtores rurais quando ocorrem problemas climáticos, o projeto é inconstitucional por "vício de iniciativa", uma vez que matéria sobre aplicação ou cancelamento de multas é prerrogativa exclusiva do presidente da República.

Renan recebe presidente da Letônia, em visita inédita

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a presidente da Letônia, Vaira Vike-Freiberga, na sala de audiências da Presidência da Casa. Foi o último dia da visita da chefe de Estado ao país, que começou no dia 10, em Nova Odessa (SP), e a primeira vez que um presidente letão vem ao Brasil.

— A sua visita é muito importante para o aprofundamento das relações do Brasil com a Letônia — disse Renan à presidente.

O país, ex-república soviética, apresentou nos últimos dois anos a mais elevada taxa de crescimento entre os integrantes da União Européia e destaca-se como pólo de comércio e negócios na região do Mar Báltico. A utilização dos biocombustíveis como matriz energética na Letônia também

vem crescendo e o etanol é interesse confesso da chefe de Estado. Renan demonstrou considerar importante a intensificação do comércio entre os dois países.

— O Brasil vive um momento importante da economia, com crescimento sustentável. Estamos fazendo de tudo para ajudar na construção de um cenário favorável — afirmou.

Outro ponto comum entre os países é na agenda internacional. A Letô-



Vaira Vike-Freiberga conversa com Renan, Serys Slhessarenko e Gerson Camata (D)

nia apóia a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a ampliação do número de assentos, o que poderia beneficiar o Brasil.

Vaira Vike-Freiberga começou a visita ao Brasil comemorando os 100 anos da imigração letã. Em Nova Odessa está a maior colônia letã da América Latina. No

dia 11, ela participou, em São Paulo, de um seminário de negócios Brasil-Letônia, organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ela também esteve no Rio de Janeiro e foi homenageada no início da tarde de ontem com um almoço no Palácio do Itamaraty, em Brasília. A presidente também foi recebida pelo presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, e retornou ainda ontem a seu país.



Roosevelt/Thiago

Para Gerson Camata, persiste o preconceito contra a velhice

Camata: idosos estão expostos à violência

Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou ontem uma série de estatísticas provando que os idosos brasileiros estão expostos à violência, inclusive da parte de seus familiares. Em Brasília, por exemplo, um núcleo de acompanhamento da terceira idade registra uma média de 95 agressões por mês.

— Sabemos que a amplitude desse quadro é muito maior, porque muitos idosos deixam de denunciar os maus-tratos com medo de represálias ou por vergonha, preferindo sofrer calados, o que nos obriga a fazer muito mais para protegê-los.

O senador lembrou que se comemora amanhã o Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, ocasião propícia para uma avaliação sobre os avanços na luta contra esse problema. Desde 2004 vigora no Brasil o Estatuto do Idoso, texto legal resultante de projeto de Paulo Paim (PT-RS). Foram também criados órgãos especializados de fiscalização das condições dos idosos. Ainda assim, na opinião de Camata, o preconceito contra a velhice não diminuiu muito.

Pedido de demissão

Gerson Camata exigiu a demissão da titular da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Alexandra Reschke, por descumprimento da emenda constitucional que desobrigou do pagamento das taxas de Marinha (laudêmios) os ocupantes de terrenos em ilhas costeiras que sejam sedes de municípios: Vitória, São Luís, Florianópolis e Ilha de Marajó.

Em aparte, Edison Lobão (DEM-MA) apoiou o discurso de Camata.

Nomes para formar a segunda composição dos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público são aprovados pela Comissão de Justiça

Protestos contra supostos abusos da Polícia Federal

Os supostos abusos da Polícia Federal em ações de combate à corrupção – em investigações como as realizadas nas operações Navalha e Xequê-Mate – foram criticados ontem por vários senadores, durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Isso está transformando o Brasil em um verdadeiro Estado policial – declarou o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), reiterando, conforme já havia dito em Plenário, que “o próprio presidente da República setornou refém da Polícia Federal”.

Jarbas Vasconcelos citou, entre as “arbitrariedades” que estariam sendo cometidas, a gravação de conversas telefônicas sem prévia autorização judicial, o ato de alegar suspeitos que não oferecem resistência à prisão e o “exibicionismo” dessas ações. No caso do presidente Lula, o senador se referia às escutas telefônicas que colocaram o irmão do presidente, Genival Inácio da Silva, o Vavá, como suspeito de envolvimento com a chamada máfia dos caça-níqueis.

Sigilo

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que outro excesso tem sido o vazamento de informações que deveriam ser sigilosas. Ele reconheceu o trabalho e a competência da Polícia Federal, mas ressaltou que “o que inquieta é o espetáculo”. Segundo Inácio Arruda (PCdoB-CE), há casos em que “primeiro chega o canal de televisão e depois começa a investigação”. O parlamentar defendeu a interferência do Conselho Nacional do Ministério Público em tais casos. Com uma argumentação semelhante, Jarbas Vasconcelos disse ser importante que o Ministério Público “assuma sua função de mandar investigar, de mandar prender ou não”.

O controle externo das polícias pelo Ministério Público está previsto na Constituição, em seu artigo 129. No final do mês passado, o Conselho Nacional do Ministério Público aprovou uma resolução nesse sentido.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), e o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), também apoiaram as críticas aos supostos abusos da Polícia Federal.

Plenário vota hoje indicações para conselhos

Os 12 nomes indicados para a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os 12 indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) serão apreciados hoje, em sessão extraordinária marcada para as 10h. A convocação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e lida, da Mesa, pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), que presidia os trabalhos no momento.

Na manhã de ontem, as indicações aos dois conselhos receberam a aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As mensagens com os nomes para o CNJ receberam parecer favorável do relator na comissão, senador José Agripino (DEM-RN), e foram acolhidas por unanimidade. Os indicados vão formar a segunda composição do Conselho Nacional de Justiça, instituído por emenda constitucional para responder pelo



Indicados para compor CNJ e CNMP acompanham reunião da Comissão de Justiça

controle externo do Judiciário e pelo cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Por acordo partidário, o Senado está reconduzindo ao CNJ seu atual representante no órgão, o jurista e professor Joaquim Falcão. Um dos novos indicados é o criminalista Tércio Lins e Silva, por designação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para a segunda vaga que detém

no conselho, a OAB optou pela recondução do advogado Paulo Lôbo, da seccional de Alagoas.

Composto por 15 conselheiros, o CNJ é presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), atualmente a ministra Ellen Gracie.

O colegiado foi criado por sugestão da CPI do Judiciário, que investigou irregularidades na magistratura na década de

1990. O conselho é responsável por receber reclamações contra membros ou órgãos do Judiciário, inclusive contra seus prestadores de serviços notariais e de registro. No julgamento de processos contra magistrados, o CNJ pode determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Ministério Público

Na CCJ, as indicações dos 12 nomes para o Conselho Nacional do Ministério Público – quatro deles para recondução a um novo mandato – foram aprovadas com 20 votos favoráveis e um em branco. Com a função de controlar a atuação do Ministério Público, o CNMP foi criado pela Emenda Constitucional 45/04, que tratava da reforma do Judiciário. Entre outras funções, o conselho recebe reclamações contra integrantes do Ministério Público da União ou dos estados.

Quem são os indicados

Conselho Nacional de Justiça

Pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Gelson de Azevedo – ministro do TST;
Altino Pedrozo dos Santos – juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
Antônio Umberto de Souza Júnior – juiz da 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

Pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

Rui Stoco – desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo;
Andréa Maciel Pachá – juíza de 1º grau do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Mairan Gonçalves Maia Júnior – juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
Jorge Antonio Maurique – juiz da Vara Federal de Execuções Fiscais de Florianópolis;

Pela Procuradoria Geral da República

José Adonis Callou de Araújo Sá – procurador regional da República;
Felipe Locke Cavalcanti – promotor de Justiça de São Paulo;

Pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Tércio Lins e Silva – advogado (seccional Rio de Janeiro);
Paulo Luiz Netto Lôbo (seccional Alagoas – reconduzido);

Pelo Senado Federal

Joaquim Falcão – jurista e diretor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (reconduzido).

Conselho Nacional do Ministério Público

Pelo procurador-geral da República

Ivana Auxiliadora Mendonça Santos – subprocuradora-geral do Trabalho (reconduzida);
Osmar Machado Fernandes – procurador da Justiça Militar (reconduzido);
Nicolau Dino de Castro e Costa Neto – procurador regional da República;
Diaulas Costa Ribeiro – promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Pelo Colegiado dos Presidentes dos Ministérios Públicos dos Estados

Raimundo Nonato de Carvalho Filho – procurador de Justiça do Maranhão;
Cláudio Barros Silva – procurador de Justiça do Rio Grande do Sul;
Sandro José Neis – promotor de

Justiça de Santa Catarina;

Pelo Supremo Tribunal Federal

Fernando Quadros da Silva – juiz federal;

Pelo Superior Tribunal de Justiça

Paulo Freitas Barata – juiz do Tribunal Regional da 2ª Região;

Pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

Ernando Uchoa Lima – advogado (reconduzido);
Sérgio Alberto Frazão do Couto – advogado;

Pelo Senado Federal

Alberto Machado Cascais Meleiro, advogado-geral do Senado.

Senadores cobram agilidade na tramitação de processos judiciais

O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), elogiou a atuação do Conselho Nacional de Justiça e avaliou como acertada a decisão do Senado no sentido de propor a criação de um órgão para o controle externo do Judiciário. No entanto, ele cobrou um acompanhamento mais eficaz sobre os tribunais estaduais, onde, como apontou, “muita coisa acontece e os processos não andam na velocidade que a sociedade exige”.

As cobranças por maior celeridade na prestação dos serviços

judiciais acompanharam os elogios feitos à formação acadêmica e à trajetória profissional dos conselheiros.

– Com a experiência que têm, cada um há de saber como aprimorar o Judiciário. Precisamos acelerar o processo decisório da Justiça. Essa é a grande demanda da sociedade e o maior desafio do conselho [CNJ] – observou Aloizio Mercadante (PT-SP).

Para o senador Valter Pereira (PMDB-MS), fica difícil compreender que os avanços da tecnologia da informação ainda

não estejam sendo plenamente colocados a serviço da agilização dos processos judiciais.

Demostenes Torres (DEM-GO) também destacou os avanços promovidos pelo CNJ, inclusive com medidas que, segundo ele, “vão contra o corporativismo reinante”. Serys Sliessarenko (PT-MT) disse lamentar que entre as indicações examinadas só estivesse o nome de uma mulher – Andréia Maciel Pachá, juíza de 1º grau do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, designada para integrar o conselho pelo Supremo

Tribunal Federal.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) endossou as avaliações de que as atividades do CNJ estão dando resultado e José Agripino (DEM-RN) elogiou os conselheiros que deixam o cargo ainda esta semana, cuja atuação “servirá de exemplo aos sucessores”.

Ao destacar o currículo dos novos indicados, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que suas qualificações vão “engrandecer o conselho e valorizar o trabalho jurisdicional, como espera a sociedade”.

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, especialistas ressaltam dificuldades em acabar com a ocupação de crianças no setor rural

Trabalho infantil é questão cultural no campo, revela debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou ontem audiência pública para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Na reunião, o técnico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Clóvis Veloso, afirmou que o setor rural está preocupado em extinguir, ou pelo menos diminuir, o trabalho infantil. Conforme Veloso, há uma queda crescente da prática. Observou, no entanto, que 90% dos casos acontecem na agricultura familiar, onde o trabalho infantil é uma questão cultural. Clóvis Veloso assinalou que 1,2 milhão de crianças trabalham no setor rural e 10% desse total atuam na agricultura comercial.

A secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alessandra Lunas, disse que a erradicação do trabalho infantil é uma questão "delicada" no meio rural. Ela acrescentou que a Contag é contrária

à prática no caso de trabalho infantil assalariado, mas observou que quando envolve a família a situação não é tão simples. Como solução para o problema, a secretária pediu a melhora na qualidade da educação no campo.

O diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Leonardo Soares de Oliveira, destacou, no entanto, que também existem muitos casos de trabalho de crianças nos grandes centros urbanos. Nessa situação, pais ou responsáveis fazem as crianças trabalharem para aumentar a renda familiar, seja produzindo artesanato ou vendendo alimentos e outros produtos na rua. Algumas dessas crianças participam de programas de transferência de renda, "mas de noite vendem coisas em bares".

A secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil,

Isa Oliveira, ressaltou que o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil começou a ser implementado em 2004, diante de um cenário positivo em que a queda no número de crianças trabalhadoras se mantinha anualmente. Mas, segundo ela, apenas um terço das ações do plano foram implementadas, e, apesar de um cenário de melhoria de condições dos trabalhadores de baixa renda, o número de crianças trabalhando cresceu entre 2004 e 2005. Para a especialista, isso aconteceu porque o combate ao trabalho infantil deixou de ser uma prioridade do governo federal.

Por sua vez, a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Helena Lopes, disse que a intenção é erradicar o trabalho infantil no Brasil – tarefa dificultada "por uma história de tanta exclusão, tanto sofrimento e omissão do Estado".

A procuradora regional do Trabalho Eliane Araque dos Santos observou que não é fácil realizar uma avaliação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil,

uma vez que o documento aborda 133 atividades. Mas destacou que, desse total, apenas um terço das atividades foram efetivamente implementadas em quatro anos.

A diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Léa Viveiros de Castro, enfatizou que de nada adianta implementar programas de curto prazo, feitos para "apagar incêndios". Para a professora, somente a elevação de escolaridade traria soluções duradouras para a questão.

O representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Cláudio Montesso, acredita que o trabalho infantil faz parte dos problemas crônicos da sociedade brasileira e que sua raiz está na má distribuição de renda, na desigualdade social e na falta de educação de base de qualidade.

Entre 2004 e 2005, o número de crianças trabalhando cresceu, afirma Isa Oliveira, do Fórum de Prevenção



Procuradora Eliane Araque (E), Inácio Arruda, professora Léa de Castro e juiz Cláudio Montesso: educação é solução para o problema



Lúcia Vânia (D) e Cristovam Buarque (2º à esq.) criticam administração de recursos feita pelo governo para combate ao trabalho infantil

Quase 3 milhões de crianças trabalham, alerta senadora

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que quase 3 milhões de crianças entre cinco e 15 anos trabalham atualmente no Brasil. A informação foi destacada ontem pela presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), na audiência pública realizada para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. A parlamentar lembrou que 12 de junho é o Dia

Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Especialistas ressaltaram que, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) do IBGE, entre 2004 e 2005, pela primeira vez depois de mais de uma década em queda, a taxa de ocupação infantil no Brasil cresceu. Conforme dados do Pnad, em 2004, a taxa era de 7,33% e, em 2005, passou para 7,8%.

Patrícia Saboya frisou a necessidade de a sociedade buscar saídas e soluções para esse problema grave, que atinge milhões de

crianças brasileiras.

– É preciso buscar políticas mais ousadas e criativas, encontrar os meios e as estratégias necessárias para chegar às soluções – defendeu a senadora.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) colocou parte da culpa da situação na mudança de conceito do programa de distribuição de renda governamental,

transformado de Bolsa Escola para Bolsa Família.

– Foi um efeito devastador. Se antes a pessoa recebia o dinheiro porque o filho ia para a escola, agora recebe porque é pobre. Se antes dizia "vou sair da pobreza porque meu filho vai para escola", agora diz "se deixar de ser pobre, perco a bolsa" – afirmou o senador, para quem a grande questão não é eliminar o trabalho infantil e, sim, universalizar a educação de qualidade.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) também criticou o governo, especialmente a vinculação dos programas de erradicação do trabalho infantil à Bolsa Família. A parlamentar acredita que uma ação centralizada não surte os efeitos desejados e que iniciativas nesse sentido têm de ser implantadas primeiro na área rural.

Crianças ligadas ao Projeto Cata-Vento participaram da reunião e entregaram um documento aos senadores, lido pela menina Raiane Carolina. Ela contou que já trabalhou nas ruas com a mãe e afirmou que o trabalho atrapalha o estudo e a educação das crianças.



Patrícia Saboya cobra políticas mais ousadas e criativas